



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**Secretaria de Política Tecnológica Empresarial**

**ATA DA 1ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO**  
**FUNDO SETORIAL DE TRANSPORTES TERRESTRES E HIDROVIÁRIOS**

Data: 18 de novembro de 2002

Local: Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Horário: 14:00 às 18:00

**1. PRESENTES**

**1.1. Membros Titulares do Comitê Gestor**

**Presidente:** Maurício Otávio Mendonça Jorge (MCT)

**Membros:** José Luiz Ferreira Antunes (MT)  
Ronaldo Cabral Magalhães (ANTT)  
Terezinha de Jesus Magalhães (FINEP)  
Celso Pinto de Melo (CNPQ)  
José Eugênio Leal (Comunidade científica)  
Anísio Brasileiro de Freitas Dourado (Comunidade Científica)  
Edgar Teixeira (Setor Privado)  
Alfredo Peres da Silva (Setor Privado)

**1.2 Equipe Técnica e Convidados:**

Eliana S. Lara (MCT)  
Glauco Bueno da Silva (MCT)  
Joel Weisz (CGEE)  
Jorge Henrique C. Castro (MCT)  
José Antônio Silvério (MCT)  
Reinaldo Danna (MCT)  
Rogério Sá (FINEP)  
Túlio Leal (IDAQ/CNT)  
Wilson A. Auerswald (CNPq)

## Notas da Reunião:

Dr. Maurício Mendonça, Presidente do Comitê Gestor do Fundo de Programas de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários – CT-Transportes procedeu a abertura da reunião dando boas vindas a todos em nome do Ministro Ronaldo Sadenberg e expressando seu especial prazer em estar instalando o CT-Transporte, um Fundo pelo qual ele trabalhou intensamente desde sua origem, buscando identificar recursos, fazendo contatos com o Ministério dos Transportes num período considerado difícil, tendo em vista o processo ter iniciado no momento em que estava acontecendo uma transformação institucional muito forte dentro do Ministério dos Transportes com a extinção do DNER e toda a discussão da criação das novas Agências. Contudo, foi um trabalho interessante com participações e contribuições, que possibilita enxergar várias possibilidades de parcerias com as novas agências, com o Ministério dos Transportes, o setor acadêmico nessa área e com o setor produtivo. Está dando início, portanto, a um Fundo Setorial perene. Entretanto, lembrou que existem ainda várias questões que não foram equacionadas.

Continuando, Dr. Maurício Mendonça falou sobre a lógica de operação dos Fundos Setoriais para que todos os membros do Comitê Gestor tenham idéia do que está se passando e do processo de funcionamento. Informou que existem 12 Fundos Setoriais e 02 Fundos Horizontais, que cobrem diversas áreas de conhecimento. Nos chamados Fundos Horizontais um é o de Cooperação Universidade-Empresa que é o Fundo Verde e Amarelo e o outro, o Fundo de Infra-estrutura que vem a ser a desvinculação de 20% dos Recursos dos Fundos Setoriais, dirigidos para apoiar a infra-estrutura das Instituições de pesquisa. Com essa lógica, procura-se, ao mesmo tempo, atender as necessidades setoriais e articular a política de C&T em cada um desses setores além de articular os diversos setores em projetos conjuntos. O que se espera, do Comitê Gestor, é a identificação dos temas relevantes para o País. Isso pode requerer a criação de novas instituições, a ampliação de redes de pesquisa, cooperação internacional, e uma série de envoltórios que são muito mais amplos do que a atividade comum do passado em relativa a C&T no Brasil. O Comitê funciona, na verdade, como um espaço de discussão e reflexão no qual se procura trazer as questões substantivas e a partir dessas questões montar projetos junto com a comunidade, com o setor privado, induzindo determinadas linhas de pesquisa. Após o breve relato, Dr. Maurício Mendonça se colocou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Em seguida Dr. Maurício Mendonça pediu aos Conselheiros que se apresentassem.

O item seguinte da pauta foi a aprovação do Regimento Interno que regula o funcionamento do Comitê Gestor dos Programas e Projetos de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários nos termos da Lei nº 9.992, de 24 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 4.324 de 06 de agosto de 2002. Dr. Maurício Mendonça explicou cada um dos capítulos que compõem o documento – No Capítulo III – Da Constituição do Comitê Gestor – Ele informou que só os membros externos ao Governo têm mandatos fixos, os representantes do Governo e das Agências Reguladoras têm mandatos sem definição de tempo, ficando a cargo do interesse do Governo e da Agência Reguladora.

No Capítulo III – Das Competências – Neste capítulo Dr. Maurício Mendonça se deteve um pouco mais tendo em vista, a necessidade de esclarecer as funções da FINEP e do CNPq. O Comitê Gestor não tem nenhum instrumento para contratação direta de projetos, ele faz isso via as duas agências FINEP e CNPq. A Lei diz que a FINEP é a Secretaria Executiva do

FNDCT que é o Fundo onde estão depositados os recursos. A FINEP repassa para o CNPq os recursos a serem por ele operacionalizados, através de um convênio guarda chuva que é feito para todos os Fundos Setoriais e define a cada período de tempo a quantia de recursos e atividades que a FINEP repassará ao CNPq. A FINEP não implementa bolsas de estudos. Isso compete ao CNPq. As agências, ao fazerem essa implementação, firmam convênios com Fundações de Apoio ou com Instituições de Pesquisas diretamente. Esses convênios são a forma operacional regida normalmente pela IN 01/97 do Tesouro na qual as agências se responsabilizam por toda prestação de contas, acompanhamento e avaliação daquele convênio. Por fim, as agências prestam contas das suas atividades ao Comitê Gestor e cabe ao Comitê preparar um relatório anual, muitas vezes um relatório de andamento. No Capítulo IV – Das Operações – falou basicamente sobre a questão das Atas, explicou sobre o Escritório Virtual, que é um depositário, na INTERNET, de todos os assuntos de interesse do Fundo, inclusive as Atas e operações, que está sendo montado para cada Fundo Setorial. Provavelmente, na próxima reunião do CT-Transportes será feita uma apresentação sobre esse assunto para melhor esclarecimento. O Regimento Interno foi aprovado com as alterações sugeridas; Art. 6º, §2º, letra d – trocar a palavra afetados por relacionados e retirar a continuação da frase “ou de abstenção de mais de 50% dos representantes em plenário – Art.7º, §2º.

Seguindo a pauta da reunião foi analisado o Documento Básico de Diretrizes, Dr. Maurício Mendonça fez uma introdução do assunto e passou a palavra para o Dr. Joel Weisz, Secretário Técnico do Fundo Setorial no CGEE que fez um rápido relato sobre a elaboração do documento, que se fundamentou em uma série de recomendações originalmente, inclusive em um documento de proposta de diretrizes que foi elaborado pela Associação Nacional de Pesquisas de Ensino em Transporte – ANPET, foi também objeto de discussão de um workshop realizado dia 30 de setembro/02 no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – CGEE, ocasião em que a maioria dos membros do Comitê esteve presente. Naquele workshop foi extraída uma comissão de redação que incorporou as recomendações apresentadas nessa versão do documento que, possivelmente, ainda não será a definitiva. Portanto o documento é resultante de uma série de discussões e análises. O Conselheiro Alfredo Peres/NTC pediu para alterar o § 2º da pág.11, trocando a palavra **sem** por **que deverá sempre**. O documento ficou aprovado com essa alteração.

Continuando a pauta, no item “Próximas Providências”, Dr. Maurício Mendonça falou sobre a situação financeira do CT-Transportes, que tem um orçamento, para este ano, no valor de R\$ 7.900.000,00 (sete milhões e novecentos mil reais) e tem um limite de empenho, para 2002, de R\$ 5,9 milhões (cinco milhões e novecentos mil reais) e um financeiro, resultante da arrecadação dos exercícios de 2000 e 2001, de R\$ 6,2 milhões (seis milhões e duzentos mil reais). Em 2002, nada foi repassado do DNIT para o MCT. Descontados, dos R\$ 6,2 milhões, os 20% (vinte por cento), destinados ao fundo CT-Infra, restam, disponíveis, cerca de R\$ 5 milhões, que podem ser empenhados no corrente exercício, dentro, portanto, do limite de empenho. Descontando, desse valor, a taxa de administração e o limite para dispêndios com a gestão do fundo, chega-se a um montante de R\$ 4,8 milhões que podem ser empenhados e desembolsados nos projetos no corrente exercício.

Dr. Maurício Mendonça sugeriu que o CT-Transportes poderia trabalhar com a perspectiva de comprometimento dos recursos desse ano podendo fazer algum tipo de comprometimento de recursos do ano seguinte que chagaria, no máximo, a 50% do disponível para 2003. Ele salientou também, a necessidade de sinalizar, de imediato, algumas áreas de interesse do Comitê Gestor, tendo em vista o curto espaço de tempo que se tem até o final do ano. Dito isso solicitou aos Conselheiros alguns temas considerados prioritários para as respectivas

instituições. No âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia, o enfoque seria em 3 (três) áreas que poderiam estar definindo aplicações de recursos. São elas: 1) ITS – Há um projeto na FINEP, cujos valores precisam ser reavaliados, 2) Biocombustíveis – já existe um trabalho grande no MCT e, 3) Redes Cooperativas de Pesquisa.

Dr. José Eugênio/PUC-RIO disse que, em virtude da instalação do Fundo Setorial de Transportes e, preparando-se para a reunião do Comitê Gestor, solicitou propostas a empresas interessadas. Com isso, ele recebeu projetos nas áreas de Infra-estrutura (Petrobrás oferecendo contrapartida no valor de R\$ 150.000,00)/ Logística/ Ferrovia / Regulação / Tráfego / Transporte Urbano. Ressaltou que todas as propostas apresentadas têm participação de universidades.

Dr. José Luiz Antunes/MT sugeriu pesquisa na área de Segurança. Gostaria de trazer para interagir com os projetos já apresentados.

Dr. Ronaldo Magalhães/ANTT, apresentou interesse de projetos na área de Concessão Rodoviária e Treinamento Gerencial.

Dr. Túlio/IDAQ-CNT, também se preparando para esta reunião, reuniu-se com as entidades representativas dos diversos setores de transportes representadas na CNT, conseguindo assim, alguns resultados em termos de demandas que o setor tem de produtos que possam alavancar e melhorar a sua competitividade que são: simulador/ gestão de qualidade de combustível/ sensoriamento remoto/ nacionalização de pacotes de bilhetagem automática/ melhoria de processo de gestão das empresas de transportes/ projeto que visa subsidiar tomada de decisão a nível macroeconômico empresarial.

Dr. José Luiz Antunes ressaltou que nesta primeira rodada de levantamento de grandes temas, o que se pôde constatar é que os interesses estão, de certa forma, integrados.

Dr. Maurício Mendonça sugeriu então, que se tentasse consolidar as propostas apresentadas usando alguns critérios que os conselheiros julgassem comuns, lembrando que seria importante avaliar o grau de maturidade dos projetos. Como encaminhamento pediu ao Dr. José Silvério/MCT e Dr. Joel Weisz/CGEE para, juntos, coordenarem essa consolidação de modo a identificar o que ainda poderá ser apoiado este ano e o que poderá ser deixado para o próximo ano. Pediu inclusive que esse trabalho de consolidação fosse feito ainda no mesmo dia, na parte da tarde, para que, no decorrer da semana, os conselheiros trocassem informações via e-mails, a fim de que, no máximo até o dia 22 de novembro, pudesse sair a recomendação formal.

Nessas consultas posteriores, foram recomendados, para apoio, nove projetos de redes cooperativas de inovação tecnológica, além de um projeto de combustíveis alternativos. Cada rede envolve diversas instituições científicas e tecnológicas, além de empresas, associações empresariais, ou outros clientes/usuários para as tecnologias a serem geradas. As nove redes desenvolverão projetos em

1. Avaliação da qualidade do tráfego e da circulação de vias urbanas e rurais brasileiras;
2. Regulação e alternativas de sustentação financeira do setor de transportes;
3. Métodos e técnicas para melhoria do transporte ferroviário;
4. Infra-estrutura de transportes
5. Pesquisa em logística global;
6. Transporte urbano;
7. Sistema de informações geográficas para transportes

8. Avaliação de veículos porta-container

9. Sistemas inteligentes de transportes (ITS)

Os desembolsos em 2002, após os cortes propostos pelos consultores, serão de R\$ 1.450.000,00 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta mil reais) de custeio mais R\$ 1.972.300,00 (Um milhão, novecentos e setenta e dois mil e trezentos reais) de capital para as oito primeiras redes, acima. Tendo em vista que a FINEP, em virtude do acúmulo de operações no final de ano, não poderá mais assumir novos projetos, o CNPq deverá, excepcionalmente, operacionalizar as oito primeiras redes cooperativas de inovação tecnológica, acima mencionadas, além do projeto de combustíveis alternativos, este do programa do MCT. À FINEP foi recomendado apoiar, com os recursos do CT-Transportes, o projeto de Sistemas Inteligentes de Transporte (ITS), de interesse da empresa COMPSIS, a ser desenvolvido por uma rede coordenada pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

Portanto, dos R\$ 4,8 milhões (Quatro milhões e oitocentos mil reais) disponíveis para desembolso em 2002, o Comitê Gestor autoriza a FINEP a repassar R\$ 4,2 milhões (Quatro milhões e duzentos mil reais), entre custeio e capital, para o CNPq, para o financiamento das oito primeiras redes cooperativas de inovação tecnológica, acima indicadas, além do projeto de combustíveis alternativos. Para 2003, a FINEP deverá repassar R\$ 531 mil (Quinhentos e trinta e um mil reais) para as bolsas a serem concedidas, pelo CNPq, nesses projetos ao longo do próximo ano.

Um tema que o Dr. Maurício Mendonça sugere que deva ser aprofundado é a Nacionalização de Pacotes. Esse seria um tema central de Desenvolvimento Tecnológico e de aproximação do setor privado com o fundo Setorial, podendo ser objeto de ação específica para 2003, com um mais tempo para se lançar edital o qual atenderia tanto os Transportes urbanos como os rodoviários.

Nada mais havendo para ser tratado, o Dr. Maurício Mendonça agradeceu a presença e todos e deu por encerrada.

---

Maurício Otávio Mendonça Jorge  
Presidente do Comitê Gestor

---

José Luiz Ferreira Antunes

---

Ronaldo Cabral Magalhães

---

Terezinha de Jesus Guimarães

---

Celso Pinto de Melo

---

José Eugênio Leal

---

Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

---

Edgar Teixeira

---

Alfredo Peres da Silva

**Obs: Ata aprovada**